

O desenvolvimento educacional e crescimento econômico na Niterói oitocentista

El desarrollo educativo y crecimiento económico en la Niterói del siglo XIX

Educational development and economic growth in the nineteenth century Niterói

Jorge Nassim Vieira Najjar*

Leonardo Dias da Fonseca**

Marcelo Maia Vinagre Mocarzel***

Fecha de recepción: 15 de septiembre 2017

Fecha de evaluación: 16 de septiembre de 2017

Fecha de aceptación: 5 de octubre de 2017

Fecha de publicación en línea: 1 de diciembre de 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.18359/reds.3246>

Cómo citar este artículo:

Vieira Najjar, J.N., Dias da Fonseca, L., Vinagre Mocarzel, M.M. (2017). O desenvolvimento educacional e crescimento econômico na Niterói oitocentista. *Revista Educación y Desarrollo Social*, 11(2), 131-149. DOI: [org/10/18359/reds.3246](http://dx.doi.org/10.18359/reds.3246).

* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor e Coordenador do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Contato: jorgenajjar@gmail.com

** Doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: leonardodiasdafonseca@gmail.com

*** Doutor em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro (Unilasalle-RJ). Contato: marcelomocarzel@gmail.com

Resumo

A cidade de Niterói foi alçada à condição de capital da Província do Rio de Janeiro em 1834, deixando a tutela do governo central e experimentando um intenso processo de urbanização e crescimento econômico, o que atraiu uma elite econômica recentemente desenvolvida no país. Neste contexto, desenvolve-se um rico cenário educacional, congregando escolas públicas e privadas, laicas e confessionais, instrução doméstica e coletiva. O objetivo deste ensaio é promover uma análise da *Nichteroy* no século XIX, a partir de contribuições teóricas e da análise de documentos históricos, relacionando o desenvolvimento econômico e educacional.

Palavras-chave: educação, Niterói, Século XIX.

Resumen

La ciudad de Niterói fue elevada a la condición de capital de la Provincia de Río de Janeiro en 1834, dejando la supervisión del gobierno central y experimentando un intenso proceso de urbanización y crecimiento económico, lo que atrajo a una élite económica recientemente desarrollada en el país. En este contexto, se desarrolla un rico entorno educativo, que reúne a las escuelas públicas y privadas, seculares y religiosas, instrucción doméstica y colectiva. El propósito de este ensayo es el de promover un análisis de la *Nichteroy* del siglo XIX, a partir de las contribuciones teóricas y del análisis de documentos históricos, relacionando el desarrollo económico y el educativo.

Palabras clave: educación, Niterói, siglo XIX.

Abstract

The city of Niterói was raised to be the capital of the Rio de Janeiro County in 1834, leaving from the supervision by the central government and experiencing an important process of urbanization and economic development, which attracted the recent economic elite born in the country. In this context, the city developed a rich educational system, bringing together public and private schools, laic and religious institutions, domestic and collective instruction. The purpose of this essay is to promote an analysis of the nineteenth century *Nichteroy*, from theoretical contributions and historical documents, relating economic development and education.

Keywords: education, Niterói, nineteenth century.

Introdução

A Independência do Brasil, ocorrida em 1822, foi um marco significativo para a educação brasileira. Após mais de uma década de gentrificação da colônia em decorrência da chegada da Família Real, que fugira de Portugal, era preciso criar um novo Brasil. Nesse período, o “ênfoque em leis que se debruçavam sobre a matéria da educação” demonstra a importância estratégica da construção de um “monopólio exercido pelo Estado no que se refere à matéria educacional” (Gondra e Schueler, 2008, p. 47). Diversos pesquisadores do campo da história da educação apontam a estratégia de centralização e fortalecimento do Estado Imperial através de ações regulatórias, como por exemplo a lei educacional de 15 de outubro 1827, visando disciplinar as práticas educativas e a atividade docente (Alves, 1989; Borges, 2008; Faria Filho, 2015; Gondra e Schueler, 2008; Gondra, 2001; Schueler, 2002; Villela, 1990).

Por outro lado, as elites, como forma de resistência à interferência do Estado na educação, se contrapõem a esta política, fazendo uso da educação doméstica como meio de distinção social, espelhando-se na cultura aristocrática europeia, na educação dos príncipes e das princesas. “Se a educação popular estava sob a tutela estatal, a das elites iria se diferenciar na medida em que se conserva distante desta intervenção” (Vasconcelos, 2007, p. 25).

Tal disputa evidencia o que Mattos (1994) definiu como o embate entre o Governo do Estado e o Governo da Casa. A

constituição do Estado Imperial com a vitória do projeto de poder dos saquaremas (conservadores) sobre os luzias (liberais), demarcaria a forte política de incentivo à regulamentação estatal na área educacional. De acordo com Mattos (1994), governar o Estado consistia em limitar o poder daqueles que governavam a Casa, os patriarcas, que até então representavam núcleos um tanto quanto descolados de um poder central.

Este artigo busca realizar um enquadramento histórico e teórico da educação brasileira a partir do cenário econômico da então capital da Província do Rio de Janeiro, mostrando como a educação provida pelo estado convivia com a educação doméstica e com a educação privada. Para tanto, fizemos uma pesquisa teórica a partir da bibliografia disponível, bem como coletamos dados de fontes documentais da época, como notícias e anúncios. Tais coletas foram feitas de forma secundária, através de fontes já publicadas e estabelecidas, o que não retira de si seu ineditismo, uma vez que o enfoque aqui aplicado é inédito e busca relacionar a história com o tempo presente e os conflitos remanescentes entre o público e o privado.

Iniciamos nosso percurso teórico e metodológico com o que Burke (2010, p. 17) denomina como a “Revolução Francesa da Historiografia”. As contribuições coletivas do movimento dos *Annales* rompem com um antigo regime na historiografia, de cunho conservador e positivista. Ao comentar esta nova abordagem historiográfica em contraposição à abordagem conservadora, Burke (2011, p. 12) diz

que “os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas”.

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las (Burke, 2010, p. 143).

Antes desconsideradas ou vistas com certo desprezo, novas fontes são adicionadas à cesta de instrumentos a que o historiador poderá dispor. O uso de recursos como a literatura, cartas, diários e outros, para tentar recompor partes do objeto estudado, antes descartadas pelos positivistas passam, com o surgimento da nova história, a compor o rol das fontes da historiografia.

Le Goff (2013) nos mostra que não há sociedade sem história, portanto a busca pela história se dá através dos documentos, monumentos e da memória individual e coletiva, oral e escrita, registrada através do tempo. O trabalho com as fontes documentais e os múltiplos modos de abordar um documento exige, de acordo com Le Goff (2013, p. 497), o cuidado de não isolá-lo de seu contexto de produção,

“importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte”. Além disso, o historiador não pode trabalhá-los como verdades absolutas, é preciso entendê-los, muitas das vezes, como produto de determinada sociedade em seu contexto de valores e crenças e que sua produção foi fruto de escolhas e relações de poder.

Toda história é contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não só é inevitável como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo “objetivo” do passado sob sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira “objetividade”, mas nenhuma outra história é possível (Le Goff, 2013, p. 53).

Ginzburg (1991) se utiliza do diálogo entre Aristóteles e Heródoto, em que o primeiro faz notar que o último poderia ter escrito em verso sem deixar de ser historiador, já que acredita serem verdadeiras suas afirmações tomadas sobre a realidade, e, em seguida, o autor afirmar em seu texto que palavras como verdade ou realidade já estão fora de moda na historiografia. Ainda segundo o autor, “os historiadores aprenderam com os filósofos, os críticos literários e os antropólogos simbolistas a evitar toda a espécie de ingênuas falácias referenciais”. Neste sentido, ao analisarmos o objeto desta pesquisa teremos consciência, enquanto historiadores, que “o nosso conhecimento

do passado é um empreendimento necessariamente desconexo, cheio de lacunas e de incertezas, alicerçado em fragmentos e ruínas” (Ginzburg, 1991, p. 232).

Das Bandas D'além à Capital da Província

À direita, do outro lado da baía, eleva-se a pequena cidade da Praia Grande (a Fontainebleau brasileira), com as suas inúmeras, brancas e elegantes vilas como um diadema de prata, cujo brilho ressalta ainda mais, devido a contraste das verdes montanhas que a rodeiam (Bösche *apud* Sousa, 1993, p. 53).

A chegada e permanência dos portugueses na região que circunda a Baía de Guanabara e inclui a área onde hoje denominamos Niterói passou por sangrentas batalhas entre portugueses, franceses e tribos indígenas por seu domínio territorial. A aliança dos portugueses com os tupiminós ou temiminós, cujo chefe era Araribóia, trazidos da Capitania do Espírito Santo¹, em 1565, foi determinante para a expulsão dos franceses que contavam com o apoio dos índios tamoios para tentar estabelecer nesta localidade a França Antártica (Forte, 1941, 1973, 1975; Enders, 2008).

Preocupados em manter os franceses afastados do litoral brasileiro e tendo em vista a exitosa aliança com os tupiminós,

os portugueses concederam a pedido de Araribóia (Wehrs, 1984, p. 32), batizado ao catolicismo sob o nome Martim Afonso de Souza, como prêmio pelo apoio nas batalhas, terras para ele e sua tribo, do outro lado da Baía da Guanabara, tendo a cidade do Rio de Janeiro como referência, as chamadas Bandas d'Além (Oliveira e Vasquez, 2006).

Wehrs (1984, p. 33) aponta a data de 22 de novembro de 1573 como a fundação da aldeia de São Lourenço dos Índios, com a realização de uma solenidade para a formalização da posse das terras a Araribóia. Além da sesmaria, o líder recebera “um vestuário completo do próprio uso do Rei D. Sebastião, o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, o posto de Capitão-Mor de sua aldeia, além da tença de doze mil-réis anuais”.

A partir daí, poucos são os registros da situação da aldeia de São Lourenço. Nota-se na bibliografia histórica, que com a morte de Araribóia a aldeia entrou em decadência. Ao longo dos séculos, a presença e a influência indígena diminuía paulatinamente² na região. A sesmaria, outrora dominada pelos índios, passou a ser dividida e dela fundaram-se fazendas, cuja lavoura principal era a cana de açúcar e aguardente, mercadorias para o consumo interno da colônia e para exportação à metrópole portuguesa (Forte, 1941, p. 41).

Assim, começam a surgir os núcleos de povoamento de São Domingos, Praia

¹ A tribo de Araribóia já habitara esta região, mas fora obrigada a se refugiar na Sesmaria do Espírito Santo por conta da belicosidade com os tamoios.

² Sobre as hipóteses para a decadência da aldeia de São Lourenço consultar Forte (1984) e Crichyno (1996).

Grande, São João de Icarai, São Sebastião de Itaipu e São Gonçalo com acesso marítimo, cujos terrenos eram planos e que ao longo do tempo foram-se desenvolvendo com mais facilidade. Crichyno, (1996, p. 1058) aponta que todos estes núcleos, “não escapando à regra geral de surgimento das cidades brasileiras, devem sua fixação à Igreja Católica, sendo característica a construção de uma igreja como marco fundamental da Cidade”.

Forte, (1941, p. 41) disserta que o elemento indígena desapareceu aos poucos, “reduzindo-se a uns tantos selvícolas cujas habitações se espalhavam pelas encostas do morro de São Lourenço”. Em uma trajetória inversa, percebia-se a crescente presença da população escrava mais numerosa que a branca, “pela necessidade do serviço das lavouras”. No início do século XIX, a aldeia onde viviam os descendentes da tribo chefiada por Araribóia fora reduzida a apenas 200 habitantes.

Fugindo das tropas napoleônicas, a chegada da família real portuguesa em 1808 à cidade do Rio de Janeiro, a única monarquia europeia no mundo a experimentar tal façanha de se estabelecer no continente americano, e a consequente abertura dos portos às nações amigas, anos depois, traria transformações de ordem política, econômica e social para todo o Brasil e, principalmente, para a região do entorno da cidade onde se instalou a Corte. De acordo com Alencastro (1997, p. 12), “pelo menos 15 mil pessoas transferiram-se de Portugal para o Rio de Janeiro no período”, junto com a família real veio todo um corpo

burocrático de funcionários da Coroa, além de fidalgos, praticantes da medicina, advogados, padres, entre outros.

A proximidade com o Rio de Janeiro e a chegada da Corte fez impulsionar a região da antiga sesmaria de Araribóia. Em 1816, a região “já era habitada por cerca de 13.000 pessoas” (Wehrs, 1984, p. 53). Enders (2008, p. 105) destaca que a alta sociedade vinda da Europa apreciava “as regiões ainda muito campestres do Catete e de Botafogo” e que “Dom João VI agrada-se igualmente do espetáculo encantador da Banda d’Além, a “outra margem” da Baía de Guanabara.”.

Souza (1993) relata as descrições do comerciante inglês Luccock que, em 1808, aponta à região da Praia Grande (atual Niterói), como detentora de “lindas aldeias pequeninas, constituídas de um punhado de casitas dispersas e mergulhadas no seio da floresta” (p.18). O mesmo Luccock registrava as transformações pelas quais passava a povoação, outrora insignificante, influenciada pela chegada da Corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro. Dizia ele, “a praia é larga e orlada de pequeninas casas; o interior rico, embora arenoso; a região populosa; e, talvez, nenhum dos pontos vizinhos da capital passou por tão vantajosas transformações” (Luccock *apud* Soares, 1993, p. 18).

Souza (1993) atribui a Dom João VI as transformações sofridas pela Praia Grande, observadas pelo comerciante inglês. Segundo o autor, o monarca “visitou a Praia Grande, por vezes, e residiu no seu

palacete de São Domingos” (p.18). Em carta endereçada à família em Lisboa, no dia 28 de maio de 1816, o bibliotecário do acervo real, Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, relatava: “Sua Majestade e toda família real se acham, há um mês, no sítio de São Domingos, pouco distante do sítio da Praia Grande”.

A visita da família real ocorrera em razão da morte da mãe do príncipe regente, a rainha Maria I. Dom João VI, enlutado pela dor da recente perda, se afastou da cidade do Rio de Janeiro para repousar por alguns dias. Partiu em direção à Praia Grande, onde também acabou por permanecer o período natalício. Ao chegar ao povoado, que havia se preparado com grande entusiasmo para a grande recepção, João Homem do Amaral, Capitão das Ordenanças do Distrito de São João de Icaraí, rico traficante de escravos, ofereceu-lhe um dos seus melhores prédios. O prédio onde a família real hospedou-se ficou conhecido como o palacete de São Domingos e seria mais tarde utilizado como ponto de repouso e hospedagem pelos sucessores de Dom João VI em suas visitas oficiais à região (Wehrs, 1984, p. 54).

A presença do soberano e de sua família fazia, mesmo que por alguns dias, emergir à região de Praia Grande um *status* de nobreza e prestígio no cenário político e social de então. Forte (1973, p. 49) descreve os ensaios militares dos denominados “Voluntários Reais d’El-Rei” preparados pelo comandante em chefe para distrair D. João VI, como um grande espetáculo que contou com a presença de artistas vindos da Europa

e ricos negociantes da cidade. A partida das tropas de Praia Grande foi imortalizada por Jean-Baptiste Debret (Enders, 2008, p. 100). Dois anos depois de sua visita, em 1819, após um pedido do corregedor geral da comarca do Rio de Janeiro, Manuel Pedro Gomes, o rei emite um alvará régio em 10 de maio do mesmo ano, elevando o povoado da Praia Grande à categoria de Vila Real.

Chicharo, (2003, p. 25) fez um interessante estudo sobre como se organizaram e se planejaram as ruas e principais edificações públicas da vila através do Plano de Edificação da Vila Real da Praia Grande, tendo como um dos projetos a autoria do pintor francês Arnaud Julien Pallière. Segundo a autora, “de acordo com esse projeto urbanístico para o centro da recém-criada Vila Real, os antigos caminhos tortuosos, que ligavam o centro da vila ao seu interior, seriam substituídos por ruas retilíneas e perpendiculares”.

Somente em 1834, com o decreto do Ato Adicional à Constituição do Império de 1824, Vila Real da Praia Grande, com o Brasil já independente de Portugal e alçado à condição de Império, é elevada à cidade. O ato procurava descentralizar o poder político do governo central a fim de amainar as disputas políticas e a agitação entre liberais e conservadores que perpassou todo o período regencial do Império (Wehrs, 1984, p. 67).

O artigo primeiro do Ato Adicional cria um Município Neutro ou Município da Corte e desmembra a cidade do Rio de Janeiro do restante da província. A

província do Rio de Janeiro, até então subordinada ao Ministério do Império, passa assim como as outras províncias³ a ter um presidente nomeado pelo poder central e a constituir uma assembleia eleita por notáveis da região. Enders (2008, p. 130) alerta que a nova autonomia da província não a livraria inteiramente das intervenções do poder central, sobretudo pela proximidade com a Corte da recém-criada cidade de *Nitheroy*, Capital da Província.

Antes sujeita ao Ministério do Império sob a jurisdição pela qual estavam subordinadas as câmaras das cidades e das vilas, agora a antiga Praia Grande emerge ao *status* de Capital da Província do Rio de Janeiro. Se por um lado *Nitheroy* sofreria consequências pesadas ao deixar a tutela do governo central, por outro, experimentaria um crescimento econômico e atrairia uma elite econômica recentemente desenvolvida na província, estimulada pela vinda da família real no início do século XIX, que serviria de espinha dorsal para o Império brasileiro, o que acaba por amenizar “a perda da grande cidade e de seu porto” (Enders, 2008, p. 132).

Casadei (1988) retrata o pedido feito pela Câmara Municipal para que o então Imperador Dom Pedro II, tendo visitado a Capital da Província, imitasse o que praticou seu avô Dom João VI e concedesse à cidade o título de Imperial. “Antes que o pedido chegasse às mãos de

D. Pedro, foi publicado o Decreto nº 93 de 22 de agosto de 1841 que concedeu à cidade de Niterói o título de imperial” (Casadei, 1988, p. 92).

Azevedo (1997, p. 36) menciona em seu texto que um novo impacto urbanizador irá surgir em Niterói, em 1841, após o plano de edificação em seus tempos de vila. Agora, na condição de Capital Provincial, a cidade vivenciaria o plano do engenheiro militar francês Pedro Taulois, que acaba por organizar a ocupação de “duas grandes glebas, que vieram a se consolidar como os dois mais importantes bairros da cidade: Centro e Icaraí”. Para Azevedo (1997, p. 35) mesmo que não seja o único projeto nesta área no Brasil destaca que certamente é “o exemplo mais acabado de intervenção planejada, originada de uma decisão governamental” na primeira metade do século XIX.

O desenvolvimento econômico da capital

Em *O Tempo Saquarema*, Mattos (1994) disserta sobre o fortalecimento da classe senhorial e como este processo estava intimamente imbricado com a própria construção do Estado Imperial. O Brasil ocupava um lugar marginal dentro da política econômica mercantilista que regia o momento de acumulação primitiva de capital. Transformações que para o país se aceleram, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, tornando-o, como já citado, centro administrativo, político e econômico do reino e posteriormente, do império brasileiro.

³ Que já gozavam desta “autonomia” administrativa constante no artigo 72 da Constituição do Império de 1824.

Motta (2003, p. 170) identifica a vinda da realeza como um dos fatores de um rápido processo de enriquecimento da elite rural da localidade da futura cidade de Niterói. As mudanças advindas com o deslocamento da Corte, segundo a autora, além de aquecer o mercado interno da cidade do Rio de Janeiro, “permitiu o reordenamento da economia agrícola das freguesias rurais de Niterói em direção à produção de gêneros alimentícios, diminuindo a tradicional atividade canieira, àquela época em rápida decadência”.

Os grandes fazendeiros locais, em menos de duas décadas, se fortalecem como um grupo com grande influência política sobre o Estado Imperial. Ainda segundo Motta (2003, p. 172), por estar numa região com alta densidade demográfica e numa região constituída por mangues, ou seja, “pouca terra para muita gente”, a concentração das terras cultiváveis se dava sob o poder de uma pequena elite que arrendava parte delas para aumentar os seus lucros. Outro fator apontado pela autora é o controle dos portos exercido por parte desta elite, rica o suficiente para “arcar com as despesas de instalação para a posterior comercialização dos produtos cultivados” (Idem, Ibid.).

Com uma elite senhorial e um Estado Imperial escravocrata, Niterói chegou a ter uma das mais altas concentrações de população escrava do Brasil. Segundo Alencastro (1997, p. 28), “em 1833, quatro quintos da população eram escravos”. Enders (2008), em um tópico que explana sobre o tráfico negreiro, expõe o significado do escravo para

a sociedade de então e as formas de organização, como a criação do termo “nações” como elemento identitário:

Além das “nações”, o lugar do escravo na sociedade é determinado pela posição de seu senhor e pelo tipo de trabalho a que ele está ligado, o que abre um campo quase infinito de situações. Na sociedade fluminense da primeira metade do século XIX, o limite da pobreza passa quase pelo fato de possuir ou não um escravo. Os escravos estão por toda a parte: plantações, engenhos de açúcar, hortas e jardins, pedreiras, carregamento, estribarias, navios, barcos de pescadores, casas particulares, propriedades do Estado, bens da Igreja, prostituição... Até mesmo o estabelecimento moderno de Ponta de Areia, em Niterói, a primeira grande fundição da América do Sul, propriedade do capitão de indústria Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá, conta em 1848 um quarto de escravos entre seus trezentos empregados (Enders, 2008, p. 150).

Na Niterói Capital da Província, as atividades econômicas se diversificam, envolvendo algumas iniciativas de uma indústria⁴, ainda que longe dos moldes do processo produtivo atual. Contava dentre elas, como apontado na citação de Enders, com um moderno empreendimento, o Estaleiro Mauá da Ponta D’Areia, “a mais importante indústria do Império”

⁴ Honorato & Beauclair (1997) preferem classificar como uma pré-indústria.

(Honorato & Beauclair, 1997, p. 115). De acordo com Azevedo (1997, p. 137) o importante estabelecimento industrial do Barão de Mauá fabricava e fornecia ao Império os mais variados tipos de produtos, desde barcos a vapor, navios de guerra, peças de artilharia, pequenas embarcações, até pontes, máquinas e instrumentos agrícolas, “implantando na Ponta d’Areia, o que viria a se constituir como polo da indústria naval brasileira”.

Honorato e Beauclair (1997) apontam para a existência na Capital da Província de fábricas envoltas em atividades de transformação, a exemplo da fábrica de cal, que a partir da utilização de mariscos produziam a cal terçada voltada para a atividade de construção interna. E o surgimento de uma indústria química, fabricante de produtos químicos como o éter, ácido muriático e outros. Para além destas atividades principais, os autores relatam na conclusão do estudo que as atividades de transformação na cidade são expressivas e contam com “um conjunto de telheiros, onde se fabricavam barcos de toda a sorte, um sem-número de serrarias, olarias, fábricas de bebidas, rapé e cigarro (...)” (Idem, p. 127).

Outro fator relevante para a vida social e econômica da cidade é a inauguração em 1835 das barcas a vapor. O percurso entre Niterói e o Rio de Janeiro passou a ser realizado em pouco mais de 30 minutos. Abreu (2013) comenta que as interações pelos terminais portuários das ci-

dades de Niterói e do Rio de Janeiro davam-se, sobretudo, por trocas comerciais para abastecimento de gêneros alimentícios para a Corte. A facilidade de acesso à Corte torna-se um grande chamativo para a moradia na cidade de Niterói. Kidder e Fletcher (*apud* Wehrs, 1984, p. 262) indicam os aluguéis mais baratos e a tranquilidade da cidade como um atrativo para os que preferem este lado da baía para a moradia, tendo como recurso de locomoção até à Corte os serviços das barcas.

Todas essas mudanças econômicas, sobretudo o fortalecimento de uma insipiente indústria que teve seu berço na cidade de Niterói, modificou o papel da instrução. Em uma área rural, saber ler ou contar é quase supérfluo, mas tudo muda em um processo industrial. A própria vocação de Niterói como cidade dormitório eleva o nível cultural de seus habitantes, agora médicos, advogados e funcionários públicos que trabalham no Rio de Janeiro, indo e voltando todo dia de barco a vapor.

O cenário educacional na Nictheroy do Século XIX

A vitória do projeto conservador dos saquaremas, que disputava influência sobre o Estado Imperial com o projeto liberal dos luzias, refletir-se-ia no poder político da capital da província, que teria à frente como seu primeiro presidente o saquarema Joaquim José Rodrigues Torres,

o visconde de Itaboraí. Não só a capital da província, mas todo o Império sofreria forte interferência do projeto liderado pelo trio saquarema. De acordo com Mattos (1994), neste período ocorre uma disseminação do ideário conservador através da formação e expansão dos saquaremas, de seus quadros e perspectivas políticas. A província do Rio de Janeiro funcionaria, num espaço-tempo privilegiado, como uma espécie de laboratório das experiências políticas do grupo conservador: medidas testadas e aprovadas ali eram ampliadas ao governo central.

Para sustentar tal argumentação, Mattos (1994) apresenta uma característica que distingue a província do Rio de Janeiro das demais: a longa duração dos mandatos dos presidentes da província fluminense. Enquanto nas demais ocorria uma alta rotatividade⁵, nesta os presidentes gozavam de certa estabilidade, fruto do forte entrosamento com o governo Imperial.

A instrução seria um dos principais discursos e política de sustentação dos conservadores na busca de um consenso entre os grupos que disputavam o poder no Estado Imperial e como difusor dos princípios de ordem e civilização que regiam o ideal conservador a fim de se manter o monopólio sobre a terra, sobre a violência física e sobre os escravos (Alves, 1989, p. 93). Villela (1990) resume de forma didática o esforço e os instrumentos utilizados pelos saquaremas na direção de consolidação do seu ideário:

A expansão do grupo conservador realiza-se pela incorporação de vários segmentos sociais ao projeto. Neste processo de adesão, atuam como instrumentos: o conjunto de leis formuladas e reformadas nesse período, a imprensa – onde se destacam as vozes conservadoras dos jornais “O Brasil” e o “Jornal do Comércio”, a instrução pública, bem como a literatura e o teatro. Todos esses instrumentos são utilizados como meios de atingir desde os segmentos mais próximos até os mais distantes formando um bloco cuja finalidade era a consolidação da visão de mundo desta classe, que se fundava na justificação de uma sociedade hierarquizada e dividida em três mundos que não se misturavam: a elite aristocrática (a boa sociedade), o povo mais ou menos miúdo e os escravos. Esta era uma herança do passado colonial que os consolidadores do Império brasileiro não se empenharam em modificar mas, ao contrário, reforçar cada vez mais (Villela, 1990, p. 108).

Nos estudos das pesquisadoras Alves (1989) e Villela (1990), a criação na Capital da Província da Escola Normal e do Liceu de Niterói são comprovações da efetivação da política intervencionista do Estado Imperial, fruto da política saquarema. Alves e Villela (1997, p. 192) afirmam que o Estado Imperial, no afã de responder “às pressões que o mundo tido como “civilizado” fazia para que as sociedades deste continente se ajustassem aos novos tempos”, tempos estes

⁵ Ver Mattos, 1994, p 240.

de expansão do trabalho assalariado, de industrialização e novas relações econômicas internacionais, equilibravam-se em atender tais demandas sem romper com o regime escravista estabelecido, base política do sistema monárquico.

As autoras, concordando com Mattos (1994), argumentam que somente ao compreender este projeto é possível entender a criação da Escola Normal e do Liceu Provincial de Niterói que, “pelo seu potencial organizativo e civilizatório, se transformavam numa das principais instituições destinadas a consolidar e expandir a supremacia daquele segmento da classe senhorial que se encontrava no poder” (Alves & Vullela, 1997, p. 192).

A política saquarema para a instrução pública fez ampliar o número de escolas, dos alunos matriculados e dos professores na província. Esta ampliação forçou uma reorganização em meados do século do sistema de inspeção do ensino primário da província, antes delegada aos diretores da Escola Normal e das Escolas de Instrução Pública (Mattos, 1994, p. 258).

A reforma da instrução de 1847, no âmbito da província do Rio de Janeiro, estabelecia, dentre outras questões, em um de seus artigos, o fechamento das escolas públicas elementares que no decurso de dois anos consecutivos não reunissem, pelo menos, “15 discípulos de boa frequência” (Alves e Villela, 1997, p. 207). De acordo com as autoras este artigo evidencia o baixo nível de interesse das famílias em enviar os seus filhos para a escola estatal.

Algumas questões são levantadas para este desinteresse, dentre elas, a defesa das escolas particulares pelos liberais, em detrimento de uma escola pública, ou a falta de recursos das famílias em manter seus filhos “apresentáveis” para a frequência no ambiente escolar. Aparece no texto de Mattos (1994), no entanto, outro argumento que nos interessa sobremaneira.

E ainda quando da Casa provinham os recursos, as instalações, o próprio sustento dos mestres – em suma, a própria existência de uma Instrução pública. Em qualquer das situações, configurava-se a reação do governo da Casa à penetração crescente do governo do estado, que tentava colocar sob seu controle as famílias que julgava importante dirigir, afirmando e reafirmando uma centralização. Ao insistir na construção da Teia⁶ com os fios da civilização, o governo do Estado procurava criar as condições para monopolizar em proveito próprio os homens que garantiriam a expansão da classe senhorial (Mattos, 1994, p. 259).

Os que provinham destes recursos, é fácil constatar, tratar-se-ia de uma elite aristocrática, que como já citado, recusa-se a entregar seus filhos à iniciativa de uma escola estatal. A história de constituição da cidade de Niterói, como já demonstramos, permite evidenciar a presença

⁶ Em O Tempo Saquarema, Ilmar Mattos usa a expressão Teia de Penépole como metáfora que representaria a iniciativa saquarema de expandir a capacidade regulatória do Estado Imperial.

de uma elite com recursos suficientes para consumir uma instrução paga, sem precisar recorrer à gratuidade da ofertada pelo Estado. Backheuser (1994 *apud* Crichyno, 1996, p. 1062), ao comentar a evolução do bairro de São Domingos desde a chegada de Dom João VI anota que sua elite “já não o era, porém, senão em parte, uma nobreza de linhagem, mas, em boa porção, aristocracia do dinheiro”.

Mattos (1994, p. 259) apresenta o relatório de 1852, do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, Darrigue Faro, em que no documento este último diz acreditar que a província fluminense já gozava de número de escolas primárias suficientes para a população em idade escolar. No entanto, Faro diz que os números de crianças que ainda não frequentam as escolas ainda são por demais altos. Adiciona-se, neste momento, outro debate nos espaços políticos do Estado Imperial e da província que é a discussão sobre os limites do pátrio poder e da autoridade pública, já que o próprio Vice-Presidente dizia ser poder de escolha dos pais um limitador do avanço da instrução pública. Para o autor, as relações de poder entre o governo do Estado e o governo da Casa estavam em constante redefinição, em uma disputa que testava os limites da centralização imperial.

Nos relatórios dos presidentes da província do Rio de Janeiro (Moacyr, 1936) temos acesso ao avanço da educação privada, aquela ofertada em estabelecimento de ensino privado, na província fluminense ao longo do período Re-

gencial e no Segundo Reinado. Wehrs (1984, p. 212), ao comentar sobre a oferta de escolas particulares na capital da província, afirma que em 1880 a cidade já contava com cerca de duas dezenas destes estabelecimentos. Há também alguns indícios da presença da educação doméstica na sociedade da Niterói oitocentista mais precisamente no período do Segundo Reinado. Por ser uma prática circunscrita ao ambiente da casa, longe da regulação estatal e do aferimento dos relatórios do presidente da província os indícios e fontes são escassos.

Vasconcelos (2005), ao descortinar a educação na Casa e seus agentes na Corte imperial utiliza-se como uma de suas fontes a consulta aos anúncios da oferta de professores particulares nos jornais da época. Em um destes anúncios encontramos uma das evidências de que parte da elite niteroiense era destinatária dos serviços dos professores particulares.

AVISO AOS SRS. PAIS DE FAMILIA DA CIDADE DE NITHEROHY. A 7 de janeiro, Raoux, capitão francez, cavaleiro da Legião de Honra, tornará a abrir o seu collegio, e ensinará, como d' antes, a língua franceza grammaticalmente, assim como a língua portuguesa, arithmetica segundo Bezout, e a geografia; os sabbados serão destinados à leitura dos meliores autores sobre a moral christã, a historia tanto antiga como moderna, a mithologia, etc. O mesmo continuará

a dar lições de francez, em casa, das 6 às 8 horas da manhã; e das 3 às 8 da tarde, em casa ou fora dela. (JORNAL DO COMMERCIO, 04/01/1839, p. 4 *apud* Vasconcelos, 2005, p. 20 (grifo da autora)).

Sousa (1993, p. 250) relata alguns anúncios de professores que lecionavam em suas residências, nos jornais que circulavam na cidade de Niterói. Em um deles, em 1838, no *Correio Oficial de Niterói* “uma senhora francesa se encarregava de tomar meninas em sua casa, a primeira ao lado direito da Rua da Cadeia Velha, e de lhas ensinar a ler, falar francês, cortar, etc., pelo preço de 1\$000 por mês”. Em outra passagem, o autor apresenta alguns casos em que os professores se dispunham a ir até a casa dos alunos:

Felipe Caton, conhecido bailarino espanhol, e sua mulher Catarina, depois de dançarem “novos boleros del Montonero”, no teatro de São Pedro de Alcântara, pensaram em estabelecer-se em Niterói. E, em anúncio no jornal da terra propunham-se a dar lições de danças “nos colégios e em casas particulares”. [...] Não apuramos se os Catons conseguiram o número de alunos capaz de os fixar em Niterói. Mas, se não temos certeza quanto às lições de dança, o contrário acontece com as de piano. Em setembro de 1840, residia na rua de Cima, em São Domingos, em casa de Manuel José de Azevedo, um professor de música, que atendia todos os dias, das 2:00 h às 6:00 h da tarde. Chamava-se ou, ao menos, foi

este o nome por que se apresentou, “dom João Bento Marty”; dizia-se professor de piano e ensinava tanto em colégios, como em casas particulares, quaisquer instrumentos, além de os afinar (Idem, p. 252).

Casadei (1988, p. 107) desvela uma curiosidade, o professor Fortunato Mazzioti, nomeado por Dom Pedro I como professor de música das princesas e, também do infante Pedro, futuro Dom Pedro II seria nomeado posteriormente professor do Liceu de Niterói. Lote (2013), no estudo que analisou o cenário educacional na cidade de Petrópolis afirma que os professores particulares da realeza eram fortemente assediados pela aristocracia, já que era sinal de prestígio ter seus filhos instruídos pelos mesmos professores que a família do Imperador.

Segundo Vasconcelos (2013, p. 238), a elite brasileira espelhando-se nos modelos estrangeiros, no período oitocentista, sobretudo em sua segunda metade, passa a cultivar a prática de educar os filhos como forma de perseguir os “estatutos de modernidade e civilidade aspirados dos países tomados como referência, principalmente, da Europa ocidental” (Vasconcelos, 2013, p. 238). Numa autoimagem esboçada pelo imperador Dom Pedro II em 1861, aos 36 anos, o monarca deixa transparecer aquilo que mais lhe dava prazer e que certamente influenciaria a aristocracia do Império em imitá-lo:

“[...] Sou dotado de algum talento; mas o que sei devo-o, sobretudo a minha

aplicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo extremosamente, meus principais divertimentos. [...]” (Vasquez⁷, s.d., apud Mauad, 1997, p. 184)

Pimentel (2004) também faz um levantamento dos moradores da cidade e de suas atividades. Ao analisar estas obras é fácil constatar que a cidade de Niterói era um local privilegiado, frequentado por uma intelectualidade formada por um corpo docente altamente prestigiado na sociedade niteroiense. Como exemplo, a menção a Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho:

(...) jornalista, músico e professor, filho do professor primário Honorário Inácio de Carvalho e D. Adelaide Herculina da Cruz Pereira de Carvalho, nasceu na Rua São Lourenço, Niterói, em 9 de agosto de 1850 (...). Pretendia seguir carreira médica, mas os pais conseguiram convencê-lo a ingressar na Escola Normal de Niterói, onde fez brilhante curso. Educador nato, aos 13 anos, na casa de seus pais, na Ponta d’Areia, mantinha um curso noturno para menores e adultos (...) (Idem, p. 75).

Gasparello e Villela (2009), em um estudo sobre a imprensa pedagógica, identificam como fundador do jornal pedagógico *A Instrução Pública* o di-

retor da Escola Normal da província fluminense, José Carlos de Alambary Luz. As autoras identificam que, ao longo do século XIX, constituiu-se no Rio de Janeiro a formação de uma intelectualidade do campo pedagógico, produtores de livros didáticos e que este grupo influenciaria novas formas de ensinar e aprender.

O Público e o Privado na Educação Brasileira

No caso de Niterói, podemos perceber como o ensino público se desenvolveu a partir do ensino privado, sobretudo o religioso. A convivência entre o público e o privado na educação brasileira sempre foi – e ainda é – marcada por conflitos. O ensino privado sempre se impôs no cenário educacional, atentando para a ausência do Estado e criando seus próprios critérios de acesso, permanência, avaliação, planejamento e organização. Foi D. João VI que, em 1821, autorizou a abertura por particulares das escolas de primeiras letras, como nos conta Cury (2005).

A história marcada por desigualdades fez com que o ensino fosse, por muitas e muitas décadas, exclusividade das elites: quem poderia pagar tinha acesso à educação. Aos demais, restava à subalternização. Este cenário só foi se modificando a partir de 1930, 1940, com o processo já mencionado de democratização do ensino. Mesmo assim, os conflitos de interesses não foram extintos, apenas se transformaram. Com o acesso das massas

⁷ “Diário do Imperador, 31/12/1861”, Vasquez, Pedro. D. Pedro II e a fotografia no Brasil. Rio de Janeiro, s.d.

à escola pública, as elites se dirigiram para o ensino privado, estigmatizando as escolas públicas como de baixa qualidade. Apenas no Ensino Superior a situação é um pouco diferente, pois as Universidades Públicas ainda possuem um reconhecimento qualitativo maior que as privadas. Segundo Vieira:

O imaginário social incorporou ao senso comum uma série de ideias acerca do público e do privado que deveriam ser melhor estudadas. Uma delas diz respeito à imagem construída em torno da superioridade da qualidade da escola privada sobre a pública, que não se sustenta face ao crivo de uma análise mais cuidadosa. Embora, de fato, existam escolas privadas de excelente qualidade, assim como públicas, nem todas o são. Considerando que as escolas privadas são frequentadas por uma minoria que dispõe de um capital cultural e financeiro inacessível à maioria da população brasileira, surpreendente seria se as escolas públicas apresentassem um desempenho superior. (Vieira, 2008, p. 209)

A citação acima demonstra que muitas vezes a escola é avaliada, julgada, valorada por fatores exteriores a ela. As classificações sobre escolas de qualidade, baseadas em exames externos, avaliam muito mais a formação extraescolar do que propriamente o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, a defesa da educação pública de qualidade é uma bandeira essencial para a transformação da realidade educacional brasileira. Se-

verino (2009, aponta que os defensores do ensino público denunciam o descaso do Estado para com o ensino, em seus diferentes níveis: “Já não se trata tanto de defender o ensino básico para todos, o que estaria quase conquistado, mas de garantir a qualidade deste ensino”. (p. 53)

A configuração da escolarização em vários países vai caminhando para reservar as escolas públicas estatais para os pobres aprenderem, e mal, o básico; a escola privada para os ricos; e criar uma escola “pública não estatal” intermediária, subvencionada, que funcione sob contrato de gestão, para que a classe média não tenha que ficar na escola “pública estatal”. Com isso, ela para de reclamar da qualidade do ensino. Mas isso é muito diferente de “educação de qualidade para todos”. A questão da privatização, hoje, tem que ser discutida na interface dos conceitos de “escola pública estatal” e de “escola pública não estatal”. A criação desta falsa distinção escancara as portas da escola pública para a privatização via contratos de gestão. (Freitas, 2012)

No contexto atual ainda percebemos resquícios da distinção feita no século XIX, colocando o ensino público em uma situação de precarização e abandono. Mesmo em uma cidade desenvolvida social e culturalmente como Niterói, ainda há uma forte desigualdade, com a presença de áreas carentes e crescente violência. Podemos dizer que a educação cumpriu seu papel até certo ponto.

Considerações Finais

Com este artigo, pretendemos mostrar que a presença de uma pujante intelectualidade na Niterói oitocentista não é um acaso: trata-se de uma consequência direta de dois grandes movimentos. Em primeiro lugar, o status que o local passou a ocupar com a presença da Corte, mesmo que por pouco tempo, o que acabou por atrair atenções. Em segundo e mais fortemente, o desenvolvimento econômico ocasionado pela presença das primeiras indústrias brasileiras.

A industrialização brasileira nasce nos estaleiros do Barão de Mauá e gera uma série de novos negócios. O desenvolvimento dos transportes – com trens e barcos a vapor – impulsionam a cidade, graças à sua proximidade com o Rio de Janeiro. Desde então Niterói se desenvolveu de maneira diferenciada dos demais municípios metropolitanos. Essas consequências podem ser analisadas ainda nos dias de hoje.

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (PNUD, 2010), Niterói é a cidade com maior Índice de Desenvolvimento Humano do estado, a única a atingir o conceito “muito alto”, com 0,837. O Rio de Janeiro vem em seguida, com 0,799. Municípios vizinhos, como São Gonçalo (0,735) e Maricá (0,765) ficam para trás. Entendemos que isso evidencia o alto desenvolvimento educacional e social do município, que traz origens históricas, uma vez que desde então não houve grandes mudanças políticas na região.

A educação, em suas múltiplas formas conviventes, possuiu um papel decisivo na constituição da região como área desenvolvida no contexto brasileiro. Tratou-se, desde o século XIX, de um elemento central para a consolidação de um projeto de poder e para a emancipação econômica da cidade.

Referências

- Abreu, M. (2013). *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos.
- Alencastro, L. F. de. (1997) *Vida privada e ordem privada no Império*. E. Novais, F. (Org.), *História da vida privada no Brasil 2* (Império – a corte e a modernidade nacional) (pp. 11-13). São Paulo: Companhia das Letras
- Alves C. e Villela, H. (1997). *Niterói Educação: Histórias a serem escritas*. Em I. Martins; P. Knauss (Orgs.), *Cidade Múltipla: temas de história de Niterói*. (1ra. Ed.) Niterói: Niterói Livros.
- Alves, C. (1989). *A reforma de 1847 no quadro da instrução imperial: significado da criação do Liceu Provincial de Niterói*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Azevedo, M. (1997). *Niterói Urbano: A construção do Espaço da Cidade*. Em Martins, Ismênia de L, P. Knauss: (Org.), *Niterói Cidade Múltipla*. Niterói, Niterói Livros, p 19-71.
- Borges, A. (2008). *Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na Capital do Império Brasileiro (1854-1865)*. (Dissertação de Mestrado em

- Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Burke, P. (2011). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp.
- Burke, P. (2010). *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. (Trad. N. Odalia). São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Chicharo, M. (2003). Marca do Rei: imagem monárquica e memória da criação. Em P. Knauss, *Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói.
- Casadei, T de O. (1988). *A imperial cidade de Nictheroy*. Niterói: Serviços Gráficos Ímpar.
- Crichyno, J. (1996) Preservação da Paisagem Urbana de S. Domingos e Arredores: referências urbanísticas de Niterói. Em: *Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (UFRJ/PRO-URB/CNPq), 2, 1057-1067.
- Cury, C. (2005). *O público e o privado na história da educação: concepções e práticas educativas*. Em: J. Lombardi, M. Jacomeli, T. Silva. *O público e o privado na história da educação: concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados, Histedbr, Unisal.
- Enders, A. (2008). *A História do Rio de Janeiro*. (2da. Ed.) Rio de Janeiro: Gryphus.
- Faria Filho L. (2015). *Instrução elementar no século XIX*. Em L. Lopes, L. Faria F, C. Greive (Orgs.), *500 Anos de Educação no Brasil* (pp. 135-150) (5ta. Ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Forte, J. (1973). *Notas para a história de Niterói*. (2da. Ed.) Niterói: Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural.
- Forte, J. (1941). *O município de Niterói: coreografia, história e estatística*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Editora.
- Forte, J. (1975). *Tradições de Niterói*. Niterói: Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural.
- Freitas, L. (2012). Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, 33(119), 379-404.
- Gasparello, A. e Villela, H. (2009). Intelectuais e professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. *Revista Brasileira de História da Educação*, (21), 39-60,
- Ginzburg, C. (1991). *A micro-história e outros ensaios*. (Trad. A. Narino). (Coleção Memória e Sociedade). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A.
- Gondra, J. (2001). A educação conciliada: tensões na elaboração, redação e implantação de reformas educacionais. *Educação em Questão: Natal*, 12(13), 51-63.
- Gondra, J. e Schueler, A. (2008). *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez.
- Honorato, C., Beauclair, G. (1997). *Niterói Industrial: ramos da pré-indústria (1834-1860)*. Em I. Martins e P. Knauss, (Orgs.), *Cidade Múltipla. Temas de história Niterói*. Niterói: Niterói Livros.
- Knauss, P. (2003). *Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Niterói Livros.

- Le goff, J. (2013). *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Lote, K. (2013). *Entre barões, condes e viscondes: o cenário educacional na Vassouras oitocentista (1850-1889)*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis.
- Mattos, I. (1994). *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Access.
- Mauad, A. (1997). Imagem e autoimagem do Segundo Reinado. Em L. Alencastro (Org.), *História da vida privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Moacyr, P. (1936). *A instrução e as províncias* Vol. II. São Paulo: Edições da Companhia Editora Nacional. Recuperado de <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii/pagina/249/texto>.
- Motta, M. (2003). *Niterói rural: elite de ontem e arrendatários de outrora*. Em P. Knauss (Ed.), *Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói.
- Oliveira, M. e Vasquez, M. Fernandes (Org.) (2006). *Memória dos bairros de Niterói*: São Lourenço. Niterói: Niterói Livros.
- Pimentel, L. (2004). *Enciclopédia de Niterói: pessoas, lugares, histórias*. Niterói: Niterói Livros.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório 2010. Disponível em <http://www.pnud.org.br/>.
- Severino, A. J. (2005). *O público e o privado como categoria de análise em educação*. Em J. Lombardi, M. Jacomeli, T. Silva, (Orgs.). *O público e o privado na história da educação: concepções e práticas educativas*. Campinas: Universidad San Lorenzo.
- Schueler, A. F. de. (2002). *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890)*. (Tese de Doutorado), Universidade Federal Fluminense.
- Sousa, J. (1993). *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*. Niterói: Fundação Niteroiense de Arte.
- Vasconcelos, M. (2005). *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro: Griphus
- Vasconcelos, M. (2007). A educação doméstica no Brasil de oitocentos. *Revista Educação em Questão*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). 28(14), 24-41
- Vasconcelos, M. (2013). *Diálogos entre uma sábia aia e suas discípulas: a literatura pedagógica para a educação doméstica*. Em A. Mendonça: M. Vasconcelos (Org.). *História de pesquisa na educação: pesquisas na história da educação II*. 1 ed. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj.
- Vasquez, P. D. Pedro II e a fotografia no Brasil. "Diário do Imperador, 31/12/1861", Rio de Janeiro, s.d.
- Vieira, S. (2008). *Política educacional em tempos de transição (1985-1995)*. Brasília: Liber Livro.
- Villela, H. (1990). *A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Wehrs, C. (1984). *Niterói cidade sorriso: a história de um lugar*. Rio de Janeiro: Vida Doméstica.